

EDITORIAL

O número 14 da Revista Agrária, ora apresentado com prazer a todos os leitores e leitoras, traz, por meio da voz de tantos pesquisadores, o tema que não se cala: Reforma Agrária e Assentamentos Rurais.

Embora estejamos há décadas diante de um discurso hegemônico que se forja no seio de agências governamentais e empresariais, as quais pretendem criar uma nova agenda para a discussão da agricultura e da propriedade da terra no Brasil, a Reforma Agrária não deixou de ser tema de debate acadêmico.

Os quatro artigos aqui reunidos se esmeram no tratamento respeitoso, comprometido e inquieto que o tema Reforma Agrária enseja. Uma linha mestra é identificada nos artigos: as inúmeras contradições e possibilidades encontradas após a conquista e o assentamento de famílias na terra.

O Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior, em *Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais*, aponta criticamente os conflitos que emergem tão logo as famílias são assentadas. A relação entre Estado, movimentos sociais e famílias assentadas apresenta-se, de acordo com o autor, de forma conflituosa, produzindo uma série de limitações à materialização da conquista da terra. Nesse sentido, Mitidiero diverge de autores que afirmam que uma parcela do território foi conquistada e assevera: estamos diante de uma “resistência subordinada”.

Em *Sistemas produtivos e políticas públicas em assentamentos rurais do estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões* de Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Henrique Carmona Duval e César Giordano Gêmero, uma pesquisa de fôlego é revelada, trazendo dados referentes à produção agrícola e pecuária abarcando 14 assentamentos das regiões central e leste do estado de São Paulo.

Os sistemas produtivos de cada assentamento são apresentados dando conta tanto das características da produção propriamente dita, como dos entraves e constrangimentos encontrados nas inúmeras relações de subordinação. Os autores não

ignoram a “trama de tensões formada entre os agentes sociais que disputam e definem os rumos dessas experiências de reforma agrária nos distintos espaços de deliberação”.

Um fecundo diálogo se estabelece entre a ideia de resistência subordinada, essa trama de tensões e, a perspectiva mais otimista apontada em *Possibilidade e limites do programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território região central e no município de Santa Maria/ RS* de Ananda de Carvalho e Cesar De David. O programa *Territórios da Cidadania*, segundo os autores, forja uma experiência inovadora para a implementação de políticas públicas a partir da abordagem territorial, participativa e integradora das diferentes escalas de poder e das distintas dimensões espaciais.

O artigo *Instituições sociais e a superação dos dilemas da ação coletiva no assentamento José Antônio Eufrosino* de Roberto de Sousa Miranda e Luis Henrique Hermínio Cunha traz um rico relato dos desafios atinentes à gestão participativa do território conquistado. Os autores analisam as relações entre o processo de constituição dos arranjos institucionais no assentamento e as formas de soluções negociadas que as famílias assentadas buscam. Estamos diante novamente dos embates entre as instituições sociais no interior dos assentamentos.

Na seção teórica, encontram-se dois artigos, quais sejam, *Reforma agrária: o incômodo diálogo* de Eliane Tomiasi Paulino e *Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas* de Thiago Sebastião de Melo e José Gilberto de Souza.

A professora Eliane nos brinda com um excelente artigo defendendo que a questão agrária não se restringe à agricultura e ao campesinato, mas sim ela é elemento essencial do processo de acumulação de capital, daí a sua centralidade na atualidade.

Um dos caminhos perseguidos pela professora é a análise da propriedade privada da terra como aliada do processo de acumulação do capital. A autora sublinha os conflitos envolvendo classe social, terra como mercadoria e a renda diferencial II.

Tendo Lukács como referência teórica, os autores de *Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas*, preocupam-se com as lógicas que fundamentam o turismo como alternativa nos assentamentos e refletem sobre “em que medida se contrapõe ou corrobora o projeto político da Reforma Agrária, ultrapassando uma perspectiva mais imediata do turismo como setor, atividade econômica e ou forma de geração de renda.”

Por fim, ainda neste número, trazemos a resenha do livro de *David Harvey*, *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*, por José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. A resenha aponta como os conceitos cunhados e tratados por Harvey nas últimas décadas inserem-se numa busca do autor em entender, à luz do conceito de desenvolvimento desigual, a lógica de expansão do capital por meio da leitura geográfica (empírica) das crises e do movimento do capital em busca de sua reprodução. De acordo com Ribeiro, Harvey ainda evidencia questões relevantes como o papel da natureza e do espaço na dinâmica capitalista.

Boa leitura!

Lúcia Cavalieri